

Elementos-chave que orientam o Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro¹

Fabíola Moura Reis Santos²

Resumo

Chão rachado, gado morto, seca e miséria. É assim que o Semiárido Brasileiro (SAB) normalmente é pautado pela mídia. Nas novelas, o sertanejo é um personagem miserável, subnutrido, ignorante e, por vezes, curioso e até exótico. Já nos veículos de comunicação de massa, o sertão nordestino é noticiado quase que exclusivamente nos períodos de longas estiagens, sob o discurso da seca que mata as vacas e assola as plantações. Na contramão deste tipo de abordagem, esse trabalho apresenta os elementos que norteiam o Jornalismo Contextualizado com Semiárido Brasileiro, uma proposta de representação desses territórios sem distorções, elaborada a partir da Análise do Discurso de entrevistas com estudantes de Jornalismo e profissionais de organizações governamentais e não governamentais que trabalham com esses territórios.

Palavras-chave: Telejornalismo Educativo; Televisão; Semiárido Brasileiro; Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro; Sertão.

Conhecer para comunicar

O Semiárido carrega o estigma de região problema, com uma recorrente associação entre clima e miséria, graças a um discurso perpetuado no país desde a virada do século XIX para o século XX, de acordo com Ribeiro (1999). O autor analisou 57 artigos publicados entre 1992 e 1994 em jornais do Centro-Sul, além do jornal O Povo, de Fortaleza-CE, que continham alguns relatos sobre o tema “seca”. Ele observou que, no encadeamento discursivo dos textos, eram recorrentes abordagens sobre pobreza e fome, miséria, êxodo rural, clientelismo político, entre outras.

Mas não é só na imprensa escrita que o Nordeste e o Semiárido são retratados sob o olhar do determinismo geográfico e climático. Na televisão, essa abordagem tem som, imagem, texto e trilha sonora dramáticos e sensacionalistas, que levam o público à reflexões do tipo: como é possível viver num lugar tão inóspito? No dia 21 de maio de

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Professora do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Coordenadora de Programação e Jornalismo da TV e Rádio Caatinga, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Email: fabiolamsantos@hotmail.com

2013, o programa Profissão Repórter da Rede Globo exibiu a edição que teve como título: “Profissão Repórter mostra as dificuldades das vítimas da seca no Nordeste”³. O tema do programa reflete a reprodução de um discurso propagado de forma quase que automática há décadas. Durante cerca de meia hora de produção, assistimos (mais uma vez) os “dramas” de um território (classificado assim, como um bloco, de forma uniforme) e de seu povo, retratados de forma vitimada, miserável e subdesenvolvida.

Esse discurso multiplicado indefinidamente reflete, no mínimo, uma total desinformação desses formadores de opinião sobre esses territórios que, em decorrência disso, não sabem pautar nada além da seca “intangível” e “suas” consequências. A repetição desse enunciado distorcido “funciona como um argumento que contribui - tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido - para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (BOURDIEU, 1989, p. 120, grifo do autor). Para o autor, o poder simbólico de quem enuncia impõe “princípios de visão e divisão comuns, portando, uma visão única da sua identidade” (p.117), causando prejuízos incalculáveis. No telejornalismo, como nos diz Coutinho (2009), o mundo é mostrado a partir de enquadramentos que envolvem recortes, técnicos e políticos, adaptados ao seu ritmo, temporalidades, lógicas de produção e também de mediações. Nesse ambiente, os estragos de uma visão única têm um alcance ainda maior:

Inserida de maneira central na vida cotidiana dos brasileiros, à televisão atribui-se cotidianamente uma naturalidade, em uma operação que se e a seus discursos e mensagens, e a partir delas até mesmo aos sentidos e visões de mundo construídas para além de sua tela. (COUTINHO, 2009, p.105)

Em contraposição a essa abordagem quase sempre distorcida sobre o sertão consolidada na televisão, foi elaborada uma proposta para os profissionais de Comunicação de uma representação sobre o Semiárido mais próxima da realidade desses territórios. Ao propor o que chamou-se de Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro, um conceito em construção no campo da Comunicação, cabe esclarecer que a escolha do termo contextualizado diz respeito à especificidade dos territórios Semiáridos, por tratar-se de uma condição muito singular, uma vez que, como muito bem explicou Edmerson dos Santos Reis (2010, p. 2), “o contexto do Semiárido é

³ <http://globotv.globo.com/rede-globo/profissao-reporter/v/profissao-reportermostra-as-dificuldades-das-vitimas-da-seca-no-nordeste-parte1/2587553/>

uma construção humana, e assim como o contexto, também aquilo que se fez historicamente é uma construção humana, e, portanto, possível de ser revertida”.

A ideia foi trazer na proposição, um texto direto e objetivo, sem necessariamente seguir o formalismo acadêmico e que pode ser consultado a qualquer momento pelos comunicadores nos seus locais de trabalho. Essa construção é o resultado de entrevistas com profissionais de organizações governamentais e não governamentais que trabalham com o Semiárido. Duas perguntas nortearam as entrevistas: o que esses sujeitos consideram que distorce a imagem do Semiárido no telejornalismo?; e como eles acham que esses territórios deveriam ser representados nos programas jornalísticos de televisão? Estudantes de Jornalismo que produzem conteúdos com a experimentação de outras abordagens sobre o Semiárido em projetos de *webtvs* universitárias também foram ouvidos especificamente a respeito de suas apropriações sociais na temática representação contextualizada com as viabilidades do Semiárido e a promoção desses territórios por meio de uma programação educativa. Como instrumento de coleta foi utilizado um roteiro semiaberto de entrevistas do tipo semiestruturada com um único respondente, também chamada de entrevista em profundidade. Decidiu-se realizar essa investigação a partir da Análise do Discurso (AD), à luz da Escola Francesa. Compreende-se aqui discurso na perspectiva trazida por Foucault (1996, p. 10), que o trata para além do texto, um elemento longe de ser transparente ou neutro e que “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, uma filiação discursiva que traz em seu sentido uma filiação ideológica. A AD Francesa também vem sendo utilizada como método de pesquisa de textos jornalísticos, uma vez que “cada discurso constrói seu sistema de referência de realidade, seja ele, por exemplo, histórico, seja jornalístico, seja geopolítico” (STEINBERGER, 2005, p.70). Para Benetti (2007), esse tipo de análise é especialmente produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento de vozes e identificação dos sentidos. Considerando que o discurso não poderia ser analisado sem observar o contexto de produção de sentidos, a autora pontua ainda que a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do mesmo. Dessa forma, o discurso deve ser compreendido como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Portanto, as orientações que se seguem, são o fruto das informações obtidas nas entrevistas com as próprias considerações da pesquisadora desse trabalho. Isto posto, para colocar em prática o Jornalismo Contextualizado com o

Semiárido Brasileiro, é necessário observar os elementos-chave descritos a partir desse momento.

Combate x convivência + vivência

Ainda hoje não é difícil ouvir a expressão “combate à seca” usada como solução para que as pessoas não vivam mais na miséria. É como se existisse uma relação direta da pobreza, da desigualdade com a questão climática. Esse é um reflexo ainda da colonização portuguesa, quando um povo de uma realidade climática totalmente diferente trouxe para o Semiárido seu jeito de viver, de produzir e até de se vestir. Mas não é possível combater o clima, assim como não se combate a chuva ou o sol forte. Pode-se combater a fome, por exemplo, mas com a realidade climática é uma questão de convivência ou, por que não dizer, de vivência.

Além de certos costumes e tradições agropecuárias, que têm origem na colonização, não podemos negar que as políticas assistencialistas e/ou compensatórias (a exemplo do caminhão pipa), que não resolvem o problema, ou a inexistência de uma política de redistribuição da terra, não ocorrem apenas por um equívoco sobre a estratégia mais adequada para superar a miséria no Semiárido. Parece haver uma intencionalidade, no sentido de manter uma relação de aliciamento, de clientelismo, de dependência direta da classe detentora do poder econômico, político, judiciário. Uma estratégia reforçada pelos grandes meios de comunicação, usados pelos mesmos grupos que há muito tempo mantém o domínio sobre a economia desses territórios e que também tem a “posse” desses veículos. Por essa razão, diretamente ligada a interesses econômicos e políticos, a imagem que predomina na mídia sobre esses territórios ou é da cheia ou da seca, não se mostra a transição como algo natural do Semiárido, que tem duas estações distintas, a chuva e a estiagem. O ciclo climático e a previsibilidade das chuvas não são mostrados, mesmo sendo cada vez mais fácil o acesso a informações meteorológicas e já ser comprovado que depois de um certo período, há sempre um ano de grande seca. Também não se representa a caatinga como ela é, com sua diversidade. A imagem é sempre associada à vegetação morta, seguida de expressões fortes como “seca”, “feia”, “cinzenta”. Não se vê que a caatinga, enquanto vegetação, nunca está totalmente seca e, enquanto bioma, abriga uma variedade de espécies ainda não totalmente conhecida pelos cientistas.

Não se explica que há um período de dois meses de “descanso” da caatinga (podendo variar com a espécie – de dois, três, quatro e até oito meses) e que a mata fica cinzenta (ou branca, para os índios Tupis Guaranis), em decorrência da queda de folhas, para evitar a perda de água por evapotranspiração. Um exemplo da sabedoria e da vivência da natureza é o umbuzeiro, que consegue colocar flores no mês de Setembro, após seis meses sem receber nenhuma gota d’água, já que as últimas chuvas normalmente acontecem em Março em muitas regiões do Semiárido, ou no chamado inverno em Junho e Julho de outros locais desses territórios. As frutas dessa espécie saem em Dezembro e Janeiro, graças às batatas de suas raízes, que conseguem armazenar de dois a três mil litros de água. No México, por exemplo, que também tem regiões semiáridas e áridas, a palma é consumida como verdura e até em conserva como pickles. Um vidro dessa especiaria pode ser vendido lá por até \$5,00. Já no Brasil, a palma é usada como comida para os animais, mas quando alguma família também se alimenta da planta, a situação é mostrada na mídia como decorrente da escassez de alimentos tradicionais e como a salvação da fome para o povo do sertão.

Esse fenômeno climático, que é natural, sempre foi considerado o “culpado” pela injustiça social nesses territórios. Porém, em vez de se considerar o ambiente e o clima como algo natural, o que é naturalizado é a pobreza, como se a miséria fosse intrínseca ao sertão. Tem que se entender que a característica climática é própria da natureza, trata-se de um fenômeno natural que se repete, que é cíclico. O sertanejo sabe que todo ano são oito meses sem chuva e que, a cada 26 anos (em média), são três anos com poucas chuvas, mais escassas do que de costume. Quem vive no Semiárido também sabe que as chuvas nesses territórios são mais irregulares em tempo e espaço. Mas apesar das chuvas e das grandes secas serem previsíveis, a mídia e os governos ainda se surpreendem com a estiagem ou com a seca alongada, com até três anos de pouca chuva.

Pautar o Semiárido requer do comunicador apuração e estudo da história, não apenas do ponto de vista de quem escreveu livro, a exemplo dos colonizadores, mas também dos relatos dos “derrotados”, dos “invadidos”, como a história dos povos indígenas exterminados e da escravidão dos africanos. Só assim é possível começar a ter uma visão ampla e uma leitura de comparação com outras regiões. Se a chuva nesses territórios é irregular no espaço e no tempo e é um fenômeno natural, por que a mídia ainda dramatiza ao tratar sobre o assunto? Por que será que quando a chuva chega no

mês de Abril ou quando ela não cai em Agosto, Setembro e Outubro, isso é transformado em um caos nas reportagens? A pauta deveria ser inversa, em vez de morte, vida, vivência. Assim como o umbuzeiro e de outras espécies, que evoluíram para viver nesses territórios.

É necessário que os profissionais da mídia despertem para dar mais visibilidade às potencialidades do Semiárido, sejam estas de cunho produtivo, como o aproveitamento de frutas nativas e o uso da caatinga para criação de animais de pequeno porte, ou organizativo, como as iniciativas do povo em se mobilizar para cobrar seus direitos, a exemplo do acesso à água, por meio dos programas de captação de água de chuva em cisterna. Segundo as entidades que trabalham com tecnologias de convivência, são estas iniciativas que estão banindo do Semiárido brasileiro a ocorrência de saques, grandes migrações, fome, frentes de emergência e a mortalidade infantil.

Caminhão pipa é a solução?

Por muito tempo o caminhão pipa foi mostrado como saída para a falta de água no Semiárido. Até hoje, os governos se beneficiam e fazem uso rotineiro de uma medida que deveria ser emergencial, como uma forma de “combater” a seca, em vez de trabalhar com políticas de estocagem de água. Mesmo que a chuva só venha durante quatro meses, ela vem numa quantidade que se fosse armazenada e utilizada racionalmente, seria suficiente por oito meses não só para as pessoas, mas também para os animais e para a produção. Se a política do estoque de água de chuva fosse implementada e gerida para um uso criterioso e racional, quem vive no Semiárido não sentiria os efeitos da seca.

Na prática, o caminhão pipa acaba servindo para manter o povo “refém” do político, como moeda de troca pelo voto, porque a comunidade fica com a sensação de que deve votar em quem viabilizou o “socorro”. Com a estocagem de água, o caminhão pipa só seria usado como medida emergencial e não como o assistencialismo a que as pessoas se habituaram. Mas o caminhão pipa continua sendo o instrumento mais forte da indústria da seca, é praticamente seu símbolo. É dele que vem a água mais cara do Semiárido e, frequentemente, de má qualidade, já que muitas vezes tem como fonte o

próprio rio, canais dos perímetros irrigados ou barragens. Uma água sem tratamento, transportada em tanques (ou pipas) sem higienização, para ser consumida pelas famílias.

A vaca mal assombrada

Ao longo da história, o gado foi trazido para o Semiárido pela necessidade de produzir carne e couro e para ser usado na tração animal. Mas o boi e a vaca não são animais apropriados para essa região, já que precisam beber 53 litros de água por dia, ao contrário da cabra, que necessita de apenas seis litros no mesmo período. É por essa razão que durante a época da estiagem prolongada, quem tem mais chance de morrer é o bovino. Mas por que será que os criadores ainda insistem em manter o rebanho de bovinos no sertão? Na época da colonização do Semiárido, por volta de 1548, o gado chegou para ser criado às margens do rio São Francisco e produzir carne para alimentar a população que trabalhava na cana de açúcar na região litorânea. Quem cuidava da criação no SAB eram os vaqueiros, que não recebiam pagamento pelo trabalho em dinheiro e sim, com um quarto da produção. Dessa forma, a cada quatro bezerros que nasciam, três eram do fazendeiro e um era do vaqueiro, como remuneração. Desde aquela época, criar gado se tornou um *status*, porque quem era rico normalmente tinha um rebanho com muitas cabeças de boi. Dessa forma, associou-se riqueza com uma grande criação. As famílias que criam uma quantidade pequena de animais ainda sonham com a possibilidade de fazer o seu rebanho, de crescer, de produzir. Foi assim que, culturalmente, espalhou-se esse mito de que criar gado é um bom negócio. O vaqueiro acabou virando um símbolo desses territórios e sua profissão foi reconhecida oficialmente.

A verdade é que economicamente não é viável criar bovino no Semiárido, a começar pela caatinga, que não fornece alimentação ou plantas forrageiras suficientes para alimentar o gado, o que acaba obrigando o criador a comprar comida para os animais, normalmente muito cara. Ecologicamente esse tipo de criação também causa prejuízos, já que a caatinga é desmatada para ser substituída pelo capim, que vai alimentar o gado. Em vez de manter uma vaca ou um boi, é mais apropriado ter até oito cabras. Muitas famílias já aprenderam que o bode e a ovelha são mais adaptados a esses territórios, tanto que 90% dos caprinos do Brasil estão no Semiárido, mas ainda há os que insistem no bovino.

Apesar dessas informações estarem à disposição da menor apuração que seja, o que vemos em qualquer cobertura jornalística sobre a seca, são muitas vacas moribundas, mortas, ou suas carcaças. Verdadeiras assombrações fantasmagóricas que rondam as matérias sobre o Semiárido (seja qual abordagem for). As reportagens não mostram as reais causas dessas experiências fracassadas, nem as histórias de sucesso de famílias com suas criações de ovelhas e cabras, que não só ficaram vivas, mas se mantiveram produtivas mesmo durante a estiagem. Numa reportagem contextualizada com a realidade do Semiárido, o comunicador contribuiria para educar, para mostrar que é mais econômico guardar água para as cabras, que consomem menos e que estocar alimento para os animais, como a palma, seria uma boa saída para os períodos sem chuva. O jornalista tem que entender, por exemplo, que quando o governo distribuiu sementes de milho e feijão como medidas emergenciais durante a estiagem, na verdade está oferecendo uma solução no mínimo de elevada vulnerabilidade, já que essas culturas exigem regularidade na oferta de água das chuvas no seu cultivo. Porém, as reportagens fazem o inverso, dão destaque ao programa governamental de distribuição de sementes e o povo fazendo fila para receber aquele benefício “salvador”. É necessário se contrapor e mostrar os outros lados da história para que as pessoas tenham oportunidade de conhecer a realidade e não o mito.

Sementes infrutíferas

As sementes de milho e feijão distribuídas pelos governos durante a seca são culturas muito dependentes de água. Num território onde as chuvas são irregulares, não se pode trabalhar com culturas anuais, o ideal são as perenes como o sorgo, o feijão andu, o maracujá do mato, o umbuzeiro, o mandacaru, o xique-xique, o tamarindo e a pinha. Tudo isso é alimento não só para as pessoas, mas também para os animais.

Nos territórios onde se vive em equilíbrio com o clima, alguns alimentos são estocados para as pessoas e outros para os animais, que depois também podem servir de alimento fornecendo o leite, a carne ou até mesmo sendo vendidos para se comprar aquilo que não foi estocado ou não se produziu. Um exemplo que vem da natureza mais uma vez é o umbuzeiro, que além de armazenar água nas suas batatas, também utiliza o próprio amido como fonte de energia para produzir as frutas. Mais uma lição para ser

aprendida e seguida, em vez de nos concentrarmos em responsabilizar o clima pela miséria e injustiça social do povo.

Com o estoque de água e os plantios perenes adaptados à realidade climática do Semiárido, com a garantia de terra em tamanho adequado para as famílias, é possível criar animais apropriados, aproveitar as potencialidades oferecidas pela caatinga, desde o umbu até a apicultura, gerar riqueza, renda e ter uma vida digna nesses territórios. Informações como essa precisam ser divulgadas, mas isso exige o estudo do Semiárido pelos comunicadores, que até então, em sua maioria, demonstram pouco conhecimento sobre o assunto.

Emblemático chão

Qual o problema do chão rachado se repetir nas imagens associadas ao Semiárido, não só na televisão, mas também no fotojornalismo e até em peças institucionais publicitárias? O problema é que isso se repete e cria-se um imaginário negativo desses territórios, a partir do momento em que se reforça que a causa de todas as mazelas é o clima, já que o chão rachado deixa transparecer a ideia de inviabilidade da região, no período em que não chove.

Tudo se resume a só aquilo, quando se pensa em Semiárido, como se só existisse chão rachado e cabeça de boi ou vaca mortos. O bovino não é um animal apropriado para esses territórios e o que está implícito na imagem do chão rachado e do animal morto é a miséria e a mensagem de que a vida ali é impossível. A visão de quem noticia também acaba deformando a visão de quem tem acesso àquela informação.

Em vez de atribuir-se o chão rachado apenas à falta de chuva, deveria ser mostrado por que o chão rachou. Rachou justamente porque era um local de sedimentação, por onde a água passa, depositando material rico em argila ou silte⁴, com elevada capacidade de reter água que, quando perdida pela evaporação, ocasiona as rachaduras. Não significa que toda superfície de solo seco vai apresentar rachaduras e nem inviabilidade produtiva, pois existem as espécies adaptadas a essa interface de umidade e seca transitórias. Assim, como a evaporação é muito alta nesses territórios (a evaporação potencial é de 3.000 mm em comparação com a média de chuva de 600

⁴ Substância mineral com partículas mais finas que grãos de areia e mais grossas que partículas de argila, carregada por água corrente e depositada como sedimento.

mm), as lagoas mais rasas são as primeiras a secar, ficar com o chão exposto e, naturalmente, rachado. Geralmente, esses lugares rasos foram aterrados ao longo do tempo, quando as enxurradas vão trazendo pó (silte). Por isso quem racha é a argila acumulada ao longo do tempo.

A rapidez com que essas lagoas expõem seus solos secos e rachados em pouco tempo após o fim da temporada de chuvas, ilustra um aspecto técnico importante a ser considerado pelos comunicadores: a profundidade ideal dos reservatórios deve ser superior a três metros e com um pequeno espelho d'água, para evitar a perda do recurso híbrido armazenado por causa da evaporação. Também é bom saber que quem fez a imagem do chão rachado, muito provavelmente escolheu a lagoa mais rasa, onde existe a rachadura maior, que fica mais emblemática na fotografia ou na televisão.

É necessário debater ainda que não existe uma só saída em se tratando de recursos hídricos. Nem as adutoras, nem a integração da bacia do São Francisco são a única solução. É preciso potencializar as práticas de captação de água de chuva para os diversos usos no campo e nas cidades, por meio de reservatórios descentralizados, dos mais variados tipos (para o uso humano, uso animal, para a produção, por exemplo). É fundamental recuperar e preservar as nascentes, a vegetação ciliar e as áreas de recarga de água subterrânea, além de garantir uma melhor gestão da água quanto à sua finalidade e possibilidade de reutilização, visando uma melhor eficiência da utilização dos recursos hídricos.

Educação sem contexto

O Semiárido não está contemplado no Plano Nacional de Educação (PNE)⁵. Isso é uma queixa de quem trabalha com a Educação Contextualizada com o SAB. O que aparece lá é o campo, mas como modalidade, junto com os povos indígenas e quilombolas. O que está descrito no PNE é que a educação deve fomentar e apoiar essas “modalidades”, porém o texto não assegura que isso seja garantido nem promovido. Uma das consequências mais graves dessa falta de prioridade é a descontextualização dos conteúdos escolares e a desinformação. Os livros didáticos ainda são o maior exemplo dessa descontextualização. Os estudantes estudam a Amazônia, a mata atlântica e até o cerrado, mas a caatinga não aparece. Conhecem a fauna e flora de

⁵http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

outros países, mas pouco ou nada sabem do único bioma exclusivo do Brasil. A História se limita ao Sul e Sudeste, a trajetória do Nordeste é quase que totalmente silenciada. Geografia, Ciências, Português e Matemática não consideram a realidade em que os alunos nordestinos e sertanejos estão inseridos. E se formos olhar o calendário festivo da escola, nada se refere à cultura local. No dia do folclore, por exemplo, lendas como a do Saci Pererê e da Iara são lembradas. Não existe a carranca, a Mãe D'água e o Nêgo D'água, só pra citar o imaginário folclórico das cidades ribeirinhas do São Francisco. Escolas e livros que contribuem para formar novas gerações cada vez mais indiferentes à realidade a sua volta.

Questões como essa merecem e devem ser debatidas em espaços como a imprensa. Mas dificilmente vemos alguma reportagem informar que determinada escola ficou vazia em um período do ano por conta de uma metodologia que se adequa aos modos de viver daquela comunidade. Também é raro a denúncia da imprensa sobre a concepção de uma educação descontextualizada para aquele povo, seja ele qual for, em que território estiver.

Acesso à terra, necessidade básica

Nem falta de chuva, nem má sorte, nem destino, nem obra divina. Uma das principais causas da injustiça social no Semiárido é a falta de acesso à terra ou terra em pequena quantidade. Só com a garantia da terra, as pessoas conquistam outros direitos, como produzir, morar, alimentar-se e viver com autonomia. Quando a terra não tem essa sua função social cumprida, há desemprego, fome e miséria.

O Semiárido tem uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, um território maior do que dois países da Europa juntos: Alemanha e França. Mas até hoje não existe uma política pública apropriada que leve em consideração, ao mesmo tempo, a realidade desses territórios, a população e o meio ambiente. Programas assistencialistas nunca resolveram e não são a solução. É preciso ir além com medidas definitivas, como o reordenamento agrário, uma modalidade voltada para a demarcação e regularização de territórios habitados por comunidades tradicionais, a exemplo do Fundo e Fecho de Pasto⁶.

⁶ A diferença entre Fundo e Fecho de pasto está na região climática. Fecho de pasto é o mesmo jeito de viver na comunidade tradicional, mas em regiões mais chuvosas do que no Fundo de pasto.

A proposta dessa modalidade (que é diferente da reforma agrária) é fazer o uso comum da terra para o extrativismo sustentável, agricultura e criação de animais, observando valores comunitários e culturais. Nessa modalidade de ordenamento, criadores de cabras, por exemplo, tem a posse da terra há várias gerações e cada um da família tem uma área individual menor, que muitas vezes é cercada, onde se produz hortaliças, para consumo próprio e plantas forrageiras, para alimentar os animais, principalmente nos períodos de escassez de chuva. Mas a sobrevivência dessas famílias vem, principalmente, da criação de animais (cabras e ovelhas) que garantem a alimentação no pasto de uma área aberta e coletiva, onde se compartilha fontes de água, área de pastoreio, fruteiras, entre outras riquezas naturais.

Porém se as famílias nessas comunidades não tiverem terras suficientes, onde vão construir suas casas, a cisterna, o poço, em que área vão criar as cabras? Vão viver de quê? Na prática, essas áreas que deveriam estar sendo utilizadas pelas comunidades tradicionais de fundo de pasto, quilombolas ou indígenas, estão sendo invadidas por grandes empresas do agronegócio e da mineração, por exemplo, impedindo as famílias de viver e produzir com sustentabilidade. É quando começa a injustiça social, quando fica claro que o culpado pela pobreza dessas pessoas não é o clima, não é a seca. Mas é mais fácil, mais simplista, culpar a falta de chuva, assim como é mais simples usar o assistencialismo, fazer campanhas de arrecadação de água e comida para os “irmãos flagelados da seca”.

É por isso que é necessário que os comunicadores se aprofundem mais sobre o assunto, compreendam melhor esses territórios e enxerguem que o verdadeiro problema não é a seca e sim, a concentração da terra, para começar. Sem terra em tamanho apropriado, as famílias rurais não conseguem viver, produzir e implantar as tecnologias apropriadas para a vivência no SAB.

Mídia e viabilidade

Assim como por muito tempo o Brasil foi dominado por governantes do Sudeste, desde república do Café com Leite, onde São Paulo e Minas se revezavam no poder, a mídia sempre esteve nas mãos (direta ou indiretamente) dos políticos do país. Ainda hoje é assim, infelizmente. E como quem manda é o dono da casa, o que se mostra, se fala ou se escreve, no caso do Nordeste e do Semiárido, é a realidade que interessa ao

“proprietário”. A vaca morta, a pobreza e o flagelo atraem recursos para a “situação-estado de emergência”, por exemplo, que, se fossem realmente revertidos para esses territórios da forma correta, já teriam trazido prosperidade para as pessoas que neles vivem. Em tempos onde a *internet* e a televisão dominam a comunicação, a responsabilidade é ainda maior para os formadores de opinião que produzem conteúdo para essas plataformas. É preciso tirar o foco da seca como problema e esclarecer as viabilidades do Semiárido. Não é negar a seca, mas também saber e divulgar a existência de um período chuvoso que, se aproveitado com medidas como a estocagem de água e de alimento, quando a estiagem chegar, pode ter impactos pouco relevantes.

Se as pessoas tiverem outras fontes hídricas: uma cisterna, um barreiro, um poço ou uma barragem grande, a lagoa onde o chão rachou, porque era rasa, não será destaque. E ainda, se as famílias da zona rural tiverem garantia à terra em tamanho suficiente à realidade local, além de políticas públicas que levem em consideração o clima dos territórios Semiáridos, as notícias focadas na fome e no flagelo serão cada vez mais difíceis de virar manchete sensacionalista. Mas, por enquanto, só temos a história única do chão rachado e da vaca morta, esse que é o problema.

O que pautar então?

Aí é que está. Essa é certamente a pergunta que os jornalistas devem estar se fazendo agora ao ler esse trabalho. Pois bem. Não pretendo dar a solução para fechar a edição do jornal do meio dia ou garantir o “furo” (se é que ele ainda existe) para abater a concorrência. As pautas sempre vão existir, elas estão por todos os lados, basta enxergá-las. O que proponho é exatamente olhar do modo que ninguém está olhando e pautar o que ninguém está pautando. Sair da zona de conforto e da receita pronta das matérias sobre e no Semiárido, já que

Ver bem não é ver tudo; é ver o que a maioria não vê. Se a maioria olha para onde lhe mandam olhar, negligenciando ângulos ocultos daquilo que necessita compreender para aceitar, rejeitar ou transformar, olhemos para onde a maioria não está olhando. A observação de ângulos invisíveis para a maioria revela mitos a derrubar (progresso, desenvolvimento) e relações, significados e práticas a cultivar para restaurar a resiliência do Planeta e resgatar a sustentabilidade dos modos de vida humana e não humana. (SILVA, 2014, p.6).

Partindo desse pressuposto e já fazendo uma proposição, começaria por alguns questionamentos. A questão é a falta de água ou de políticas públicas? O problema é a seca ou a cerca? Será que as grandes áreas destinadas à monocultura, à indústria e até mesmo à geração de energia respeitam o meio ambiente e promovem a emancipação das pessoas que habitam nesses territórios? Para onde vai a riqueza produzida por essas corporações? O que acontece com as comunidades tradicionais que são retiradas de suas áreas para a construção de parques eólicos, hidrelétricas, mineradoras? A chuva é a única solução para resolver todos os problemas do Semiárido? O assistencialismo como a distribuição de bolsas, sementes e grãos resolve? O Semiárido é só rural? Há ainda as fontes inesgotáveis de pautas, como as entidades que promovem a pesquisa, ciência, inovação, tecnologia. A beleza e a diversidade das paisagens, as cores e os lugares desses territórios podem gerar abordagens em diversas editorias como esportes, meio ambiente, jornalismo científico, cultura e turismo. O olhar sobre a cultura, a tradição e a fé, sem superioridade, também pode render muitas reportagens. Os sabores da culinária mestiça. Um território de índios, negros e gente de todas as partes do país e do mundo. Uma terra onde se faz cinema e muita produção audiovisual. Um polo de saúde, educação, teatro e artes plásticas. E pra quem pensava que no Semiárido só tinha forró, surpresa, a produção musical é muito variada e vai do erudito, passando pelo *reggae*, *rap*, ao *rock*. A agricultura, que vai além da exportação e contempla também a agroecologia e a agricultura familiar. E todos os problemas e desafios da contemporaneidade, enfrentados nos conglomerados urbanos, seja pela ocupação sem planejamento, de forma desregrada, seja pelo caos no trânsito, além da falta de investimento em saúde e educação. Esses são alguns apontamentos para começar a exercitar o Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro, uma prática possível no campo da comunicação.

Por um jornalismo de conteúdo

Como vimos, a proposição no campo da comunicação do Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro também se configura como Arquitetura Pedagógica, por proporcionar um ambiente de aprendizado ambientado nas redes. Essa possibilidade de abordagem do SAB pretende substituir a desinformação, o lugar comum, o chavão e o mito que distorcem esses territórios, além de ir de encontro aos

interesses políticos por trás das linhas editoriais das empresas de comunicação, que se beneficiam da eterna desculpa da falta de chuva para justificar os problemas do Semiárido. O jornalismo tem o dever de sair da subjetividade e obscuridade do determinismo climático, quase divino e se pautar por informações concretas, apuradas pelas diversas fontes que dominam o tema. Para isso é preciso se libertar da “síndrome de Vidas Secas e dos Sertões”, aquela retratação a partir do flagelo e de frases feitas como “antes de mais nada (...), é um forte” e ter um olhar mais atual sobre esses territórios. É necessário sair do ponto de vista tradicionalista, do exótico, do bizarro, e vivenciar o que está acontecendo na contemporaneidade do Semiárido. É urgente saber o que pautar e como pautar o SAB, para contribuir com o bom viver e a emancipação das pessoas que habitam nesses territórios. Aqui se apresenta uma proposta possível que pretende contribuir para o campo da comunicação. O Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro está disponível para ser aplicado, basta começar.

Referências bibliográficas

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, p. 107-122, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 316 p.

COUTINHO, Iluska. Lógicas de produção do real no telejornal. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 105-123.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 80p.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação para a convivência com o Semiárido: desafios e possibilidades. IN: SILVA, Conceição de Maria de Souza e, et al. **Semiárido Piauiense: Educação e Contexto**. Campina Grande: Trunfal Gráfica e Editora, 2010. p. 109-130.

RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e determinismo: a gênese do discurso do Semi-árido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, Vol. 22, 1999. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1999/vol22_60_91.pdf> Acesso em: 10 Jul. 2013, às 14:21.

SILVA, José de Souza. **Aquecimento global: A “mentira premiada” que ameaça a vida no Planeta**. Artigo para publicação pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) do Brasil. Campina Grande. 2014.

STEINBERGER, Margarethe Born. . **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC: FAPESP, Cortez, 2005. 310 p.